

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**1. Cenário Macroeconômico**

O Brasil retornou a dinâmica de crescimento em 2010, impulsionado principalmente por três indicadores: mercado de trabalho aquecido, aumento da massa salarial e expansão do crédito. Atualmente, o País é o quinto mais populoso e a oitava maior economia do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB). Os investimentos e o consumo das famílias contribuíram diretamente para esse cenário. Com nível de confiança elevado e ampliação das fontes de financiamento, de curto, médio e longo prazos, a perspectiva é de que o Brasil continue sustentando essa expansão. As taxas de emprego formal atingiram patamar histórico. O índice de desemprego deverá permanecer em queda, embora em níveis mais moderados. Diante de um cenário de economia estável, as instituições financeiras ofereceram crédito a juros baixos e prazos longos. O descompasso entre oferta e demanda no mercado doméstico levou o Banco Central (BC) e o Comitê de Política Monetária (Copom) a adotar medidas macroprudenciais, tais como: aumento das taxas do compulsório e do fator de risco para empréstimos a pessoas físicas com prazo igual ou superior a 24 meses e a elevação da taxa básica de juros (Selic) de 8,75% em janeiro para 10,75% em dezembro de 2010. A política monetária mais restritiva tinha o objetivo, ainda, de trazer a inflação para o centro da meta, fixada em 4,50% para 2011, já que no ano, de outra forma, não era mais possível alcançar esse objetivo. Apesar de a economia brasileira ter se mostrado forte, as contas públicas apresentam sinais de deterioração. Iniciou-se uma fase de desequilíbrios macroeconômicos crescentes, derivados da piora no regime fiscal e da ampliação do déficit em conta corrente. As despesas totais do governo bateram recorde em 2010, chegando à marca inédita de R\$ 700 bilhões, ou 19,14% do PIB.

No ambiente externo, o mercado acompanhou, de um lado, o esforço dos Estados Unidos para retornar o crescimento. De outro, permaneceu atento às sucessivas crises em alguns países da Europa. A taxa de juros da zona do Euro ficou extremamente baixa, fato que já ocorre nos EUA há dois anos. O superaquecimento da economia da China, grande consumidor mundial de commodities, também foi alvo de preocupação no panorama global. O PIB chinês cresceu 10,3% e, apesar do otimismo, o país não conseguiu atingir a meta de inflação de 3%. Para controlar os preços de moradia e alimentos, os líderes elevaram a taxa de juros duas vezes no segundo semestre e aumentaram o depósito compulsório dos bancos. A despeito das dificuldades enfrentadas no cenário internacional, os países emergentes têm pela frente projeções animadoras. Se o Brasil conseguir ajustar os gastos públicos, o processo inflacionário e o câmbio, dará sustentabilidade ao crescimento do país.

2. Bancoob

O cooperativismo de crédito também evoluiu no último ano. O crescimento é resultado das estratégias adotadas para difundir as vantagens competitivas do segmento. Nesse contexto, o Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob buscou maior sinergia com as cooperativas centrais e singulares e ampliou a oferta de produtos e serviços.

No intuito de incentivar a conquista de novas fatias de mercado, o banco está remodelando o portfólio de negócios, fazendo ampla consulta às cooperativas. O resultado já pode ser visto na prática, com a criação dos projetos para aprimoramento das soluções corporativas de contratação, análise e concessão de crédito e do produto "cobrança".

Os acionistas do Bancoob deram outro importante passo para a alavancagem dos negócios. Aprovaram o aumento do capital social para R\$ 249,8 milhões, um incremento de 61,21% em relação a 2009.

A instituição financeira também aumentou as parcerias externas, especialmente no meio cooperativo, e registrou maiores taxas de crescimento nos principais indicadores de acompanhamento do mercado, tais como ativos totais, operações de crédito, depósitos totais e patrimônio líquido. A evolução reflete o posicionamento do banco de estar mais próximo das cooperativas de crédito, aprimorando cada vez mais o modelo operacional e de governança.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2010 com ativos totais de R\$ 10,757 bilhões, aumento de 58,15% em relação ao ano anterior, destacando-se:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM

Com montante de R\$ 6,91 bilhões em 2010, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a 73% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R\$ 5,4 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 3,33 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 38,08% em relação a 2009. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios do Bancoob apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Sicob Transquilidade e Crédito Consignado), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 176,95 milhões, aumento de 61,14% em relação a 2009.

O segmento de cartões registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 1,57 bilhão no período, crescimento de 49,50% em relação ao mesmo período do ano anterior.

c. Captações

Os depósitos, congregados com a carteira de operações compromissadas, alcançaram, em 2010, o valor de R\$ 9 bilhões, aumento de 72,68% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação dos recursos oriundos das cooperativas do Sicob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 824,2 milhões, com crescimento de 54,06% em relação a 2009.

d. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compenhou, durante o ano, 160.162.724 documentos, número este (4,02% superior ao do exercício anterior) impactado pelo uso mais expressivo de cartões de débito, em linha com o perfil do Sistema Financeiro Nacional.

4. Gerenciamento de riscos**a. Risco operacional**

O gerenciamento do risco operacional está sob a responsabilidade da Diretoria de Controle e Administração do Bancoob, sendo operacionalmente implementado, sob a coordenação do Sicob Confederação, pela Gerência de Controles Internos e Riscos. A estrutura está aderente às exigências estabelecidas pelas Resoluções 3.490/07 e 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e pela Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil. As diretrizes para gestão desse tipo de risco encontram-se na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais. O processo consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são acompanhadas e registradas na contabilidade e em sistema específico.

A metodologia de alocação de capital, para fins do acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (POPR) é a Abordagem Alternativa Padronizada (ASA I). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

b. Risco de mercado

No Bancoob, o processo de gerenciamento de risco de mercado é realizado de forma colegiada, por meio de comitês internos. A mensuração e o monitoramento são realizados por área independente, segregada das atividades de negociação e comercialização de produtos. A mensuração é realizada por meio de técnicas amplamente difundidas, como o *Value at Risk (VaR)*, testes de *stress*, análise de sensibilidade e apuração de *gaps*. O Bancoob realiza testes periódicos com vistas a detectar o nível de acerto de seus modelos de mensuração de risco de mercado. Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/07, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possível insuficiência de disponibilidades e reservas para fazer face aos compromissos da instituição. Para minimizar tal risco, a gestão da liquidez baseia-se na realização constante de projeções de fluxo de caixa, considerando aspectos sazonais e de mercado, sendo adicionalmente definidos limites de liquidez, que são constantemente monitorados.

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de risco, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/09, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

5. Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 alcançou o montante de R\$ 283,71 milhões, o que representa um crescimento de 58,64% em relação ao mesmo período do ano anterior, cumprindo destacar o aporte de capital no valor de R\$ 92,35 milhões pelos acionistas do Bancoob. O lucro líquido no exercício foi de R\$ 31,11 milhões, com retorno anualizado de 13,39% sobre o patrimônio líquido médio do ano.

6. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicob, pela parceria no cumprimento dos objetivos sistêmicos; e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)

	2010	2009
Ativo		
Circulante	5.781.257	4.116.783
Disponibilidades (Nota 5)	9.657	6.391
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	2.144.573	1.323.963
Aplicações no mercado aberto	1.537.785	838.335
Aplicações em depósitos interfinanceiros	606.788	485.628
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.082.605	908.803
Carteira própria	252.704	175.500
Vinculados a compromissos de recompra	2.154	118.171
Vinculados à prestação de garantias	1.008	9.782
Instrumentos financeiros derivativos	826.739	605.350
Relações interfinanceiras	228.414	167.323
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.367	32.353
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	227.040	134.967
Relações com correspondentes	7	3
Operações de crédito (Nota 8)	2.162.731	1.607.691
Operações de crédito - Setor privado	2.167.993	1.612.718
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.262)	(5.027)
Outros créditos	136.260	91.441
Rendas a receber	5.932	1.117
Negociação e intermediação de valores diversos (Nota 21a)	130.328	74.484
Outros valores e bens	17.017	11.171
Material em Estoque	246	-
Despesas antecipadas	16.771	11.171
Não circulante	4.976.099	2.685.154
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	3.684.952	1.755.388
Carteira própria	805.086	113.609
Vinculados a compromissos de recompra	1.529.390	974.235
Vinculados ao Banco Central	59.035	-
Vinculados à prestação de garantias	1.291.441	667.544
Operações de crédito (Nota 8)	1.162.906	800.804
Operações de crédito - Setor privado	1.177.341	805.527
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.435)	(4.723)
Outros créditos	60.454	60.702
Diversos (Nota 21a)	60.454	60.702
Investimentos	7.364	6.157
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	7.164	5.957
Outros investimentos	200	200
Imobilizado (Nota 11)	59.271	61.106
Imóveis de uso	53.647	55.914
Outras imobilizações de uso	16.658	15.961
(-) Depreciações acumuladas	(11.034)	(10.769)
Diferido	12	63
Gastos de organização e expansão	3.495	3.495
(-) Amortizações acumuladas	(3.483)	(3.432)
Intangível (Nota 12)	1.140	934
Softwares	3.880	3.284
(-) Amortizações acumuladas	(2.740)	(2.350)
Total do ativo	10.757.356	6.801.937

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO)

	Semestre 2010	2010	Exercícios 2009
Receitas da intermediação financeira	468.813	782.026	491.609
Operações de crédito	135.035	246.577	162.871
Resultado com títulos e valores mobiliários	297.110	470.147	281.591
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	32.252	58.718	42.495
Resultado das aplicações compulsórias	4.156	7.004	4.739
Despesas da intermediação financeira	(406.769)	(670.719)	(419.704)
Operações de captação no mercado	(368.648)	(602.729)	(371.060)
Operações de empréstimos e repasses	(33.567)	(56.127)	(43.114)
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8e)	(4.554)	(11.863)	(5.530)
Resultado bruto da intermediação financeira	61.844	111.307	71.992
Outras receitas (despesas) operacionais	(33.929)	(63.467)	(48.375)
Receitas de prestação de serviços (Nota 21d)	53.292	104.148	93.793
Rendas de tarifas bancárias	-	62	58
Despesas de pessoal (Nota 21e)	(20.975)	(40.352)	(37.149)
Despesas administrativas (Nota 21f)	(44.870)	(85.953)	(73.906)
Despesas tributárias	(6.059)	(11.671)	(10.254)
Resultado de participações em controladas (Nota 10)	950	1.207	477
Outras receitas operacionais (Nota 21f)	20.959	38.111	28.511
Outras despesas operacionais (Nota 21g)	(37.159)	(69.019)	(49.905)
Resultado operacional	27.915	47.840	23.617
Resultado não operacional (Nota 21h)	2.301	4.534	8.750
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	30.216	52.374	32.367
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9d)	(11.069)	(19.252)	(11.605)
Imposto de renda	(5.599)	(10.693)	(6.201)
Contribuição social	(3.556)	(6.740)	(3.808)
Crédito fiscal diferido	(1.914)	(1.819)	(1.596)
Participação dos empregados no lucro (Nota 23e)	(1.036)	(2.013)	(1.694)
Lucro líquido	18.111	31.109	19.088
Número de ações:	150.736.077	150.736.077	100.200.527
Lucro líquido por lote de 1.000 ações - R\$	120,15	206,38	190,50

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital de capital	Reserva de lucros	Reserva de lucros	Ajusto ao valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	154.953	2.004	3.484	(543)	486	(15)	160.369
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	(59)	(59)
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	397	-	-	397
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.088	-	19.088
Destinações propostas:							
Reservas de lucros	-	-	17.180	-	(17.180)	-	-
Reserva legal	-	-	954	-	(954)	-	-
Dividendos propostos (Nota 18d)	-	-	-	-	(954)	-	(954)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	154.953	2.004	21.618	(146)	486	(74)	178.841
Mutações do exercício	-	-	18.134	397	-	(69)	18.472
Saldos em 31 de dezembro de 2009	154.953	2.004	21.618	(146)	486	(74)	178.841
Aumento de capital (Nota 18a)	94.850	(2.004)	-	-	(487)	-	92.359
Alienação de ações em tesouraria	-	45	-	-	-	74	119
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	19	-	-	19
Dividendos propostos de exercícios anteriores (Nota 18d)	-	-	(17.180)	-	-	-	(17.180)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.109	-	31.109
Destinações propostas:							
Reservas de lucros	-	-	27.998	-	(27.998)	-	-
Reserva legal	-	-	1.555	-	(1.555)	-	-
Dividendos propostos (Nota 18d)	-	-	-	-	(1.555)	-	(1.555)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	249.803	45	33.991	(127)	-	-	283.712
Mutações do exercício	94.850	(1.959)	12.373	19	(486)	74	80.871
Saldos em 30 de junho de 2010	247.312	2.004	16.785	(147)	487	(74)	266.367
Aumento de capital	2.491	(2.004)	-	-	(487)	-	-
Alienação de ações em tesouraria	-	45	-	-	-	74	119
Ajuste de avaliação patrimonial - títulos disponíveis para venda	-	-	-	20	-	-	20
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	18.111	-	18.111
Destinações propostas:							
Reservas de lucros	-	-	16.300	-	(16.300)	-	-
Reserva legal	-	-	906	-	(906)	-	-
Dividendos propostos (Nota 18d)	-	-	-	-	(906)	-	(906)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	249.803	45	33.991	(127)	-	-	283.712
Mutações do semestre	2.491	(1.959)	17.206	20	(487)	74	17.345

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	2010	2009
Passivo		
Circulante	9.233.567	5.385.583
Depósitos (Nota 13)	6.727.767	3.400.043
Depósitos à vista	15.323	15.051
Depósitos de poupança	824.244	535.014
Depósitos interfinanceiros	5.855.553	2.813.746
Depósitos a prazo	32.584	35.865
Outros depósitos	63	367
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14)	1.696.286	1.204.394
Carteira própria	1.328.450	633.703
Carteira de terceiros	367.836	570.691
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Nota 15)	698	5.562
Obrigações por emissão de letras de crédito agropecuário	698	5.562
Relações interfinanceiras	5.622	39.275
Recebimentos e pagamentos a liquidar	5.622	39.275
Relações interdependências	2.290	10.558
Recursos em trânsito de terceiros	2.290	10.558
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (Nota 16)	616.013	551.916
Tesouro nacional	195	195
Banco do Brasil - FCO	455	74
BNDES	128.413	79.619
Banco Central	27.217	-
Finame	16.053	10.140
Funcafé	443.680	461.888
Outras obrigações	184.891	173.835
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	231	136
Sociais e estatutárias	3.672	2.675
Fiscais e previdenciárias (Nota 21b)	20.452	5.014
Negociação e intermediação de valores diversos (Nota 21c)	49.223	79.822
Não circulante	1.239.974	1.237.473
Exigível a longo prazo		
Depósitos (Nota 13)	377.935	151.603
Depósitos interfinanceiros	356.430	135.737
Depósitos a prazo	21.505	15.866
Obrigações por operações compromissadas (Nota 14)	197.837	455.688
Carteira própria	197.837	455.688
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais (Nota 16)	612.613	543.280
Tesouro nacional	1.074	1.269
Banco do Brasil - FCO	17.532	9.900
BNDES	448.450	423.721
Finame	69.721	22.332
Funcafé	75.836	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (EM MILHARES DE REAIS)**1. Contexto operacional**

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob"; "Instituição") é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (Banco Central) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Brasil com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

Entre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descaimento entre passivos e ativos circulantes não oferece risco em função do que segue: i) a maior parte do ativo de longo prazo, ou seja, 73,3% constitui-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do banco; iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Bancoob adotou as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009.

A Diretoria colegiada do Bancoob aprovou as demonstrações contábeis em reunião realizada em 10 de fevereiro de 2010.

3. Resumo das principais práticas contábeis**a. Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e civil e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que é utilizado pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. **Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado da valorização, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

iii. **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/01 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balançotes e dos balanços mensais. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e da provisão para perdas.

h. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.662/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação negociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8c.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais: móveis de uso - 1,67%; equipamentos de uso - 10%; veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, este procedimento passou a ser realizado anualmente.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também são objetos de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos e calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do exercício.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida da adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em um estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09 que determina a observância da Norma do Pronunciamento Técnico 25 (CPC 25) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Provisões** - São reconhecidas contabilmente, com base na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, e quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

s. Pronunciamento Técnico - CPC

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 25 - Provisões, passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e equivalente de caixa

O caixa e o equivalente de caixa, apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	2010	2009
Caixa		
Disponibilidades	9.657	6.391
Equivalente de caixa		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.470.147	952.334
Total	1.479.804	958.725

5. Disponibilidades

	2010	2009
Moeda nacional	8.454	6.055
Moeda estrangeira	1.203	336
Total	9.657	6.391

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	0 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2010	2009
Aplicações em operações compromissadas	1.298.202	-	-	239.583	1.537.785	838.335
Revendas a liquidar - Posição bancada	930.397	-	-	239.583	1.169.980	268.511
Revendas a liquidar - Posição financiada	367.805	-	-	-	367.805	569.824
Aplicações em depósitos interfinanceiros	75.205	96.740	84.204	350.639	606.788	485.628
Total	1.373.407	96.740	84.204	590.222	2.144.573	1.323.963

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**a. Títulos e valores mobiliários**

Estão classificados como "Disponíveis para venda" e "Mantidos até o vencimento". A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

i. Para os títulos públicos federais (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.

ii. Fundos de investimento (FIDC) - Utiliza-se o valor da cota do último dia do balanço informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.

iii. Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera, em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os spreads médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados na CBLIC, na CETIP, no SELIC ou na BM&FBOVESPA, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

Atendendo ao disposto no artigo 8 da Circular nº 3.068/01, do Banco Central, o Bancoob possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o vencimento".

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

	Valor contábil					Total 2010		Total 2009				
	Sem vencimento	0 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I - Títulos disponíveis para venda	41.110	78.289	15.857	14.952	101.557	3.683.686	3.935.663	3.935.451	(212)	2.021.429	2.021.184	(245)
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT	-	-	-	-	71.670	802.544	874.269	874.214	(55)	131.583	131.549	(34)
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.988	7.989	1
CDB	-	78.161	15.630	14.643	26.258	-	134.697	134.692	(5)	74.095	74.090	(5)
Fundos	41.110	-	-	-	-	-	41.110	41.110	-	21.995	21.995	-
CPR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.818	22.818	-
CCCB	-	128	227	309	467	1.276	2.417	2.407	(10)	-	-	-
Total	41.110	78.289	15.857	14.952	98.395	803.820	1.052.493	1.052.423	(70)	258.479	258.441	(38)
Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	2.154	1.529.390	1.531.693	1.531.544	(149)	1.044.641	1.044.415	(226)
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41.425	41.432	7
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.086.066	1.085.847	(219)
Total	-	-	-	-	2.154	1.529.390	1.531.693	1.531.544	(149)	1.086.066	1.085.847	(219)
Carteira vinculados ao Bacen	-	-	-	-	-	59.035	59.034	59.035	1	-	-	-
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	59.035	59.034	59.035	1	-	-	-
Carteira vinculada a garantias	-	-	-	-	1.008	1.291.441	1.292.443	1.292.449	6	670.687	670.699	12
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	235	235	-
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.962	5.962	-
Total	-	-	-	-	1.008	1.291.441	1.292.443	1.292.449	6	676.884	676.896	12
II - Títulos mantidos até o vencimento	-	470	876	1.146	1.609	1.266	5.367	5.367	-	37.657	37.922	265
Carteira própria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17.202	17.201	(1)
NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.811	2.891	80
CCCB	-	470	876	1.146	1.609	1.266	5.367	5.367	-	10.656	10.656	-
Total	-	470	876	1.146	1.609	1.266	5.367	5.367	-	30.669	30.748	79
Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.559	6.745	186
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.559	6.745	186
Carteira vinculada a garantias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	219	219	-
LTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações de liquidez imediata no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	210	210	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	429	429	-
Total	41.110	78.759	16.733	16.098	103.166	3.684.952	3.941.030	3.940.818	(212)	2.059.086	2.059.106	20

	2010	2009
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	3.935.451	2.021.184
Valor de curva atualizado dos títulos mantidos até o vencimento	5.367	37.657
Total	3.940.818	2.058.841

No exercício de 2010 e de 2009 não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias. Em 31 de dezembro de 2010, o Bancoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 1.292.449 (2009 - R\$ 671.155), sendo: R\$ 2.325 (2009 - R\$ 2.118) referentes a valores requeridos como garantia das operações de abastecimento de caixas eletrônicos.

• R\$ 1.284.254 referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.

• R\$ 5.870 (2009 - R\$ 5.126) em títulos públicos por ordem judicial expedidos pela 11ª Vara Cível de Vitória - ES em razão de restituição de depósitos efetuados em cooperativas de crédito. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, os processos que originaram os referidos bloqueios judiciais foram classificados como risco de perda remota, nos termos da Resolução nº 3.823/09, do CMN (vide Nota Explicativa nº 3q).

b. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos do Bancoob correspondem a operações de financiamentos de termo de ações, negociadas na BM&FBOVESPA, conforme apresentado a seguir, e que são realizadas com o objetivo de maximizar o resultado dos recursos disponíveis aplicados por meio da geração de rendimento prefixado:

Posição comprada	Contraparte	Valor de referência	Valor de curva	Valor de mercado
0 a 30 dias	Bolsa	354.658	353.180	353.088
31 a 90 dias	Bolsa	375.694	369.663	369.387
91 a 180 dias	Bolsa	105.070	101.742	101.763
181 a 360 dias	Bolsa	2.677	2.493	2.501

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo efetuado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2011	2.776	2.478
2012	1.950	1.564
2013	5.054	3.667
2014	1.864	1.229
2015	1.985	1.192
Total de créditos tributários	13.629	10.130

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição Social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	52.374	52.374	32.367	32.367
Resultado de participações em controladas	(1.207)	(1.207)	(477)	(477)
Resultado de participação nos lucros	(2.013)	(2.013)	(1.674)	(1.674)
Base de cálculo	49.154	49.154	30.216	30.216
Alíquota de tributação	25%	15%	25%	15%
	12.289	7.373	7.554	4.532
Efeito tributário sobre diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.195	1.317	1.304	783
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	182	109	29	17
Provisão PIS	(607)	(364)	236	142
Demais provisões	233	140	(307)	(170)
	2.003	1.202	1.262	772
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	256	168	225	135
Gestão de Recursos Ltda. (*)	(3.338)	(2.003)	(2.719)	(1.631)
Patrocínios/Doação FDCA	(200)	-	(83)	-
PAT	(270)	-	(38)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(47)	-	-	-
	(3.855)	(2.003)	(2.840)	(1.631)
Imposto de renda e contribuição social corrente	10.693	6.740	6.201	3.808

10. Participações em empresas controladas

Os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante – investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas".

Discriminação	Data Base	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado no exercício	Participação %	Quantidade de ações	Resultado de equivalência		Saldo contábil	
		realizado	ajustado	exercício			2010	2009	2010	2009
Bancoob Administração e										
Gestão de Recursos Ltda. (*)	30/11/2010	154	3.408	385	99,99935	154	385	(95)	3.408	3.022
Cabal Brasil Ltda. (**)	30/11/2010	4.200	7.365	1.612	51,00	2.142	822	572	3.756	2.935
Total							1.207	477	7.164	5.957

(*) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 991.923 (2009 - R\$ 739.531).

(**) Operadora de cartões de crédito Mastercard e Cabal dentro do sistema Sicoob.

11. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total em Imobilizado	Resultado de equivalência		Saldo contábil	
							Operação	Operação	2010	2009
Saldos em 31 de dezembro de 2008	3.010	51.893	4.740	2.494	315	62.452				62.452
Aquisição	-	500	384	454	1	1.339				1.339
Depreciação/exaustão/amortização	-	(878)	(649)	(1.097)	(61)	(2.685)				(2.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.010	51.515	4.475	1.851	255	61.106				61.106
Custo total	3.010	52.904	7.044	8.440	477	71.875				71.875
Depreciação acumulada	-	(1.389)	(2.569)	(6.589)	(222)	(10.769)				(10.769)
Valor residual	3.010	51.515	4.475	1.851	255	61.106				61.106
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.010	51.515	4.475	1.851	255	61.106				61.106
Aquisição	-	-	273	307	195	775				775
Alienação	-	-	-	-	(78)	(78)				(78)
Depreciação/exaustão/amortização	-	(878)	(685)	(942)	(27)	(2.532)				(2.532)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.010	50.637	4.063	1.216	345	59.271				59.271
Custo total	3.010	52.904	7.317	8.747	593	72.571				72.571
Depreciação acumulada	-	(2.267)	(3.254)	(7.531)	(248)	(13.300)				(13.300)
Valor residual	3.010	50.637	4.063	1.216	345	59.271				59.271
Taxas anuais de depreciação - %		1,67%	10%	20%						

12. Intangível

	2010		2009					
	Sem vencimento	0 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	15.323	-	-	-	-	-	15.323	15.051
Aquisição	824.244	-	-	-	-	-	824.244	535.014
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	839.567	451.559	671.228	862.315	3.903.035	377.935	7.105.702	3.551.646
Custo total	839.567	451.559	671.228	862.315	3.903.035	377.935	7.105.702	3.551.646
Amortização acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor residual	839.567	451.559	671.228	862.315	3.903.035	377.935	7.105.702	3.551.646
Taxas anuais de amortização - %								

13. Depósitos

	Sem vencimento	2010					Total	Total
		0 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Depósitos à vista	15.323	-	-	-	-	-	15.323	15.051
Depósitos de poupança	824.244	-	-	-	-	-	824.244	535.014
Depósitos interfinanceiros	-	364.662	578.349	664.833	2.502.411	356.430	4.466.685	1.911.590
Depósitos interfinanceiros rurais	-	83.902	83.457	181.884	1.396.055	-	1.745.298	1.037.893
Depósitos a prazo	-	2.995	9.422	15.598	4.569	21.505	54.089	51.731
Outros depósitos	63	-	-	-	-	-	63	367
Total	839.630	451.559	671.228	862.315	3.903.035	377.935	7.105.702	3.551.646

14. Obrigações por operações compromissadas

	2010					Total	Total
	0 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Próprio	397.756	243.331	159.715	527.648	197.837	1.526.287	1.089.391
Terceiros	-	367.836	-	-	-	367.836	570.691
Total	397.756	611.167	159.715	527.648	197.837	1.894.123	1.660.082

15. Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures

Em maio de 2008 o Bancoob iniciou as operações de emissão de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), lastreadas por operações de CPR. Essas operações são emitidas com taxas prefixadas, com vencimento final em maio de 2011, que totalizaram em dezembro de 2010 R\$ 698 (2009 - R\$ 5.562).

16. Obrigações por repasses do País

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES, Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2022 e com encargos financeiros entre 0%^{aa} e 11,00%^{aa}.

	2010						Total	Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos		
Tesouro Nacional	-	-	195	390	390	294	1.269	1.466
BNDES	-	33.775	94.638	234.187	155.364	58.899	576.863	503.341
Banco Central (*)	-	-	27.217	-	-	-	27.217	-
Banco do Brasil/FCO	-	32	423	7.637	8.348	1.547	17.987	9.973
Finame	-	3.081	12.972	29.029	23.338	17.354	85.774	32.472
Funcafé (**)	237.308	57.574	148.798	72.983	2.853	-	519.516	547.945
Total	237.308	94.462	284.243	344.226	190.293	78.094	1.228.626	1.095.196

(*) Refere-se a recurso devolvido pelo Banco Central, conforme Resolução CMN 3.607/08, para aplicação em operações de crédito rural, com vencimento em agosto de 2011.

(**) O valor de R\$ 237.308 (2009 - R\$ 118.960) refere-se a recursos disponíveis ainda não aplicados em operações de crédito e recursos a devolver de operações liquidadas. Esses recursos são atualizados pela variação da taxa Selic

17. Passivos, contingências e obrigações legais

O Bancoob é parte em processos trabalhistas, cíveis e fiscais que são provisionados considerando-se a opinião dos consultores jurídicos internos e externos, a natureza das ações, a complexidade, a jurisprudência e o posicionamento dos tribunais e as regras estabelecidas pela Resolução nº 3.535/08, do CMN, conforme resumimos a seguir:

- A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Bancoob tem uma obrigação legal ou não-formalizada presente como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.
- Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Bancoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a entidade divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A Administração do Bancoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, demonstradas a seguir:

a. Contingências e obrigações legais classificadas como "risco de perda provável"

As contingências classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício e com os depósitos judiciais.

Provisões constituídas
Composição dos saldos patrimoniais

	2010		2009	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	7.105	7.104	8.115	10.835
Trabalhistas	314	226	238	240
Cíveis	89	773	805	32
Total	7.508	8.103	8.658	11.107

Movimentação dos passivos contingentes

	2010			Total	2009
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis		
Saldo inicial em 31 de dezembro	10.835	240	32	11.107	9.881
Constituições no exercício	990	727	1.163	2.880	1.862
Reversões no exercício	(4.721)	(741)	(422)	(5.884)	(636)
Saldo final em 31 de dezembro	7.104	226	773	8.103	11.107

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 21b), e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 21c).

Natureza das ações classificadas como "risco de perda provável"

- Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a ações de pedido de horas extras, estabilidade, vínculo empregatício e reflexos.
- Cíveis** – Referem-se, basicamente, a demandas relacionadas à inscrição em cadastro de inadimplentes e reparação de danos morais.
- Fiscais** - Referem-se, preponderantemente, a questionamento da base de cálculo da COFINS e do PIS, efetuados por meio de ações judiciais distintas, a saber:
 - Em 13 de fevereiro de 2006, houve o trânsito em julgado no STF de acórdão favorável ao Bancoob em relação à ampliação da base de cálculo da COFINS promovida pela Lei nº 9.718/98 e do art. 17 da Instrução Normativa nº 421/04 da Secretaria de Receita Federal (SRF), possibilitando o levantamento dos valores depositados em juízo. Em 27 de março de 2007, a Fazenda Nacional protocolou petição acompanhada de planilha de cálculos requerendo a conversão em renda da maior parte do montante depositado. Em 2 de maio de 2007, o Bancoob protocolou petição demonstrando o desacerto das alegações da Fazenda, requerendo o levantamento integral dos valores depositados. Atualmente os autos encontram-se na 4ª Vara Federal aguardando a elaboração de perícia contábil.

O Bancoob protocolizou petição apresentando quesitos a serem respondidos pelo perito judicial. A Administração, com base nas recomendações dos seus assessores legais e da atual condição de indisponibilidade dos depósitos judiciais, decidiu manter a provisão no valor de R\$ 7.105 (2009 - R\$ 7.105), correspondente aos valores sob questionamento até a finalização da perícia. Atualmente o processo está aguardando avaliação do perito judicial;

Em maio de 2006 o Bancoob propôs uma Ação Ordinária com pedido de antecipação de tutela em face do alargamento da base de cálculo do PIS efetuada pelo art. 3º da Lei nº 9.718/98, diante dos reiterados julgamentos do STF reconhecendo a inconstitucionalidade da citada norma. A própria Receita Federal do Brasil revogou o § 1º, do art. 3º da citada lei, onde conceituava o alargamento da base. A tutela antecipada foi deferida, razão pela qual o Bancoob passou a efetuar os recolhimentos devidos ao PIS sobre as suas receitas de prestação de serviços. Por cautela, o Bancoob optou por provisionar os valores que deixaram de ser recolhidos. Em 18 de agosto de 2010 foi publicada sentença de 1ª instância julgando improcedente o pedido do Bancoob, mas será interposto recurso cabível. Assim mesmo, o Bancoob optou por efetuar o respectivo recolhimento no valor de R\$ 3.151, em 15 de setembro de 2010, que já se encontrava provisionado pelo Banco.

b. Contingências classificadas como "risco de perda possível"

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, quando individualmente relevantes. As ações relevantes referem-se à restituição de depósitos, inscrição em cadastro de inadimplentes, reparação de danos morais e processos judiciais de natureza trabalhista.

18. Patrimônio líquido
a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 150.736.077 ações (2009 - 100.200.527), sendo 75.387.458 ordinárias (2009 – 50.113.172) e 75.348.619 preferenciais (2009 - 50.087.355), todas sem valor nominal. Em 2010 foi realizado aumento de capital de R\$ 94.850 sendo R\$ 92.359 pelos acionistas conforme AGOE de 07 de abril de 2010, e R\$ 2.491 com incorporação de saldos de reserva de reserva de capital e lucros acumulados conforme AGE de 09 de setembro de 2010, em homologação pelo Banco Central.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 45 refere-se, basicamente, ao ganho na alienação de ações em tesouraria. Em setembro de 2010 o saldo de R\$ 2.004 foi incorporado ao capital.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do exercício à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 1.555 em 2010 (2009 - R\$ 954). Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$

f. Despesas Administrativas

	Semestre	2010	2009
Despesas de água, energia e gás	562	1.116	941
Despesas de comunicação	2.746	5.378	5.129
Despesas com manutenção e conservação	605	1.175	1.465
Despesas de material	425	920	956
Despesas de processamento de dados	14.305	27.524	25.300
Despesas com propaganda e publicidade	1.617	2.220	2.275
Despesas com serviços do sistema financeiro	9.412	18.124	10.927
Despesas de serviços de terceiros	8.323	15.587	13.527
Despesas de serviços técnicos especializados	3.559	6.893	6.021
Despesas de depreciação e amortização	1.351	3.012	3.222
Despesas com viagens	781	1.492	1.410
Outras despesas administrativas	1.284	2.512	2.733
Total	44.970	85.953	73.906

g. Composição de outras receitas operacionais

	Semestre	2010	2009
Recuperação de encargos e despesas	2.742	5.345	4.268
Recitas de cartões de crédito	10.364	19.486	13.070
Atualização de crédito com INSS (*)	2.411	4.330	4.122
Rendas com serviços de compensação de documentos	4.186	7.619	6.224
Outras	1.256	1.351	827
Total	20.959	38.111	28.511

(*) Refere-se à atualização de recursos próprios do Bancoob utilizados para pagamento de benefícios ainda não liquidados pelo INSS, atualizado pela taxa Selic.

h. Composição de outras despesas operacionais

	Semestre	2010	2009
Despesas com administração de cartões de crédito	18.008	32.780	20.479
Atualização de créditos do INSS (*)	3.089	5.552	6.496
Despesas com tarifas de arrecadação	4.033	9.178	8.090
Comissão sobre operações de crédito	9.734	17.480	12.643
Outras	2.295	4.029	2.197
Total	37.159	69.019	49.905

(*) Refere-se à atualização de recursos disponíveis do INSS, enquanto o benefício ainda não foi pago ao beneficiário, sendo atualizado pela taxa Selic.

i. Resultado não operacional

Refere-se, substancialmente, à atualização pelo CDI das parcelas a receber referente à venda do sistema de tecnologia e das salas do edifício-sede do Banco (Nota explicativa nº 21(a)).

22. Transações com partes relacionadas
a. Sistema Sicoob

O Bancoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota Explicativa nº 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

Demonstramos abaixo as operações com o sistema Sicoob:

	Sicoob	
	2010	2009
Ativo	2.390.115	2.434.052
Operações de crédito	2.321.450	2.368.353
Valores a receber	52.812	55.247
Despesas antecipadas – Comissão Credconsignado	15.853	10.452
Passivo	6.356.212	3.663.395
Depósitos a vista	1.201	1.521
Depósitos interfinanceiros	4.453.805	1.911.591
Depósitos a prazo	17.194	27.909
Outros depósitos	-	367
Operações compromissadas – carteira própria	1.505.199	1.065.698
Operações compromissadas – carteira de terceiros	324.710	570.660
Comissões a pagar – Credconsignado	1.602	1.100
Valores a pagar - Del credere	8.924	8.754
Instrumentos híbridos de capital e dívida	43.485	75.795
Depósitos de Poupança	92	-
Receitas	224.294	216.226
Operações de crédito	171.292	159.122
Receitas de prestação de serviços	39.021	42.193
Outras receitas operacionais	9.752	7.568
Receitas não operacionais	4.229	7.343
Despesas	490.892	295.947
Captação	467.758	277.858
Outras despesas	23.134	18.089

b. Subsidiárias

	Bancoob AGR		Cabal	
	2010	2009	2010	2009
Ativo	-	-	-	23
Valores a receber	-	-	-	23
Passivo	3.289	2.939	28.030	8.777
Depósitos a vista	19	73	3.377	3.377
Depósitos a prazo	3.270	2.866	19.163	4.934
Valores a pagar	-	-	2.086	466
Receitas	-	-	401	390
Outras receitas operacionais	-	-	401	390
Despesas	202	278	13.816	10.165
Despesas de captação	202	278	1.313	712
Despesas com cartão	-	-	12.503	9.453

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, são estabelecidas a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Encargos	1.173	1.204
Honorários de diretoria	3.801	3.948
Participação nos lucros	27	13
Planos de aposentadoria e pensão	79	86
Total	5.080	5.261

23. Outras informações
a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Bancoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade. Os valores a receber e a pagar estão demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo. Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

	2010		
Descrição	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	722.721	1.734.839	(1.012.118)

	2009		
Descrição	Valor a receber	Valor a pagar	Valor líquido
Depósito a prazo/CDI	544.032	1.008.470	(464.438)

b. Seguros

O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas às cooperativas integrantes do Sicoob, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças montavam, em 31 de dezembro de 2010, a R\$ 17.744 (2009 - R\$ 12.143).

d. Benefícios a empregados
Previdência complementar

O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementares aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2010, a Sicoob Previ contava com 311 participantes ativos (2009 - 217), cuja contribuição totalizou R\$ 680 (2009 - R\$ 606).

e. Participação nos lucros

O Bancoob oferece a seus empregados participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2010, foi provisionado o valor de R\$ 2.013 (2009 - R\$ 1.674), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Fiscalização

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

24. Gerenciamento de riscos
a. Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional está sob a responsabilidade da Diretoria de Controle e Administração do Bancoob, sendo operacionalmente implementado, sob a coordenação do Sicoob Confederação, pela Gerência de Controles Internos e Riscos. A estrutura está aderente às exigências estabelecidas pelas Resoluções 3.490/07 e 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e pela Circular 3.383/08, do Banco Central do Brasil. As diretrizes para gestão desse tipo de risco encontram-se na Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais. O processo consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são acompanhadas e registradas na contabilidade e em sistema específico.

A metodologia de alocação de capital, para fins do acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (POPR) é a Abordagem Alternativa Padronizada (ASA I).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional.

b. Risco de mercado

No Bancoob, o processo de gerenciamento de risco de mercado é realizado de forma colegiada, por meio de comitês internos. A mensuração e o monitoramento são realizados por área independente, segregada das atividades de negociação e comercialização de produtos. A mensuração é realizada por meio de técnicas amplamente difundidas, como o Value at Risk (VaR), testes de stress, análise de sensibilidade e apuração de gaps. O Bancoob realiza testes periódicos com vistas a detectar o nível de acerto de seus modelos de mensuração de risco de mercado. Em cumprimento à Resolução CMN 3.464/07, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de mercado.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à possível insuficiência de disponibilidades e reservas para fazer face aos compromissos da instituição. Para minimizar tal risco, a gestão da liquidez baseia-se na realização constante de projeções de fluxo de caixa, considerando aspectos sazonais e de mercado, sendo adicionalmente definidos limites de liquidez, que são constantemente monitorados.

d. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de risco, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/09, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório que evidencia a estrutura de gerenciamento de risco de crédito.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis e relatório da administração, relativos a 31 de dezembro de 2010 e 2009, com base no relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido com data de 14 de fevereiro de 2011, declara que os atos da administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis examinadas, a posição patrimonial e financeira do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília – DF, 14 de fevereiro de 2011

José Ricardo de Paula Xavier Vilela Presidente do Conselho	Edson Quevedo Soares Secretário do Conselho	Cergio Tecchio Conselheiro	Manoel Messias da Silva Conselheiro	Paulo da Costa Conselheiro
---	--	-------------------------------	--	-------------------------------

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 14 de fevereiro de 2011

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Douglas Souza de Oliveira

Contador CRC 1SP191325/O-0 "S" DF

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ciro José Buldrini Filogonio - Presidente do Conselho

Antonio Carlos Girelli Gomez - Conselheiro

Edgar de Souza Mendes - Conselheiro

José Vicente da Silva - Conselheiro

José Zeferino Pedroso - Conselheiro

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo - Conselheiro

Luiz Paulo Lima e Silva - Conselheiro

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Conselheiro

Wanderley Pimenta Borges - Conselheiro

DIRETORIA DO BANCOOB

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente

Énio Meinen - Diretor

Marcus Guilherme Andrade de Freitas - Diretor

Rubens Rodrigues Filho - Diretor

CONTADOR RESPONSÁVEL

Primo João Cracco

CRC-SP 149.703/O - S - DF